



Relatório e Contas '08





01

NOTA DO PRESIDENTE

Página 5

02

ATRIBUIÇÕES E VALORES

Página 7

03

MARCOS HISTÓRICOS

Página 9

04

ECONOMIA E CONJUNTURA

Página 13

05

**EXECUÇÃO DAS MEDIDAS
POLÍTICAS**

Página 23

06

BALANÇO SOCIAL

Página 37

07

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Página 47

08

**EXECUÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Página 57

09

**DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS**

Página 65

10

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA CMC

Página 71

**Dr. António C. Lima,
Presidente em Exercício
da Comissão do Mercado
de Capitais**



01 NOTA DO PRESIDENTE

Inserido no propósito de modernização do sistema financeiro nacional, o Ministério das Finanças, instituiu a 10 de Dezembro de 1997, o Núcleo do Mercado de Capitais e Bolsa de Valores, cuja função primordial foi, implementar o Mercado de Capitais em Angola o que culminou com a constituição da Comissão do Mercado de Capitais, em 2005.

É chegado o momento de balancear as actividades do ano que findou, tendo em conta os condicionalismos que se impuseram à concretização dos objectivos preconizados pelo Programa Geral do Governo, aprovado pela Lei n.º 12/06, de 27 de Dezembro.

O ano de 2008, caracterizou-se pelo acentuar da crise financeira internacional, que já se fazia sentir no último trimestre de 2007, tendo como epicentro o crédito de alto risco nos Estados Unidos da América, revelando as debilidades do sistema financeiro internacional, no que concerne à tomada de medidas sustentáveis, para combater as falhas dos agentes reguladores e supervisores do sistema financeiro.

Não obstante a crise, a Comissão do Mercado de Capitais, tem desenvolvido as suas actividades, no sentido de dar cumprimento aos objectivos e metas preconizadas pelo Programa Geral do Governo, no domínio do Mercado de Capitais. A execução das medidas e estratégias visa essencialmente, materializar o Mercado de Capitais em Angola, uma vez criadas as condições legais, designadamente a Lei n.º 12/05, de 23 de Setembro – dos Valores Mobiliários e a Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro – das Instituições Financeiras.

Deste modo, a pretensão de criar, desenvolver e consolidar um Mercado de Capitais eficiente, dinâmico e competitivo, é o desafio do Estado Angolano e, por conseguinte, da Comissão do Mercado de Capitais, para o ano de 2009, no intuito de dar resposta aos anseios do sector financeiro e produtivo.

Estamos convictos que a jornada de edificação de uma praça financeira em Angola, é longa e difícil, residindo aí, a magnitude do projecto, no seu alcance e benefícios implícitos. Neste sentido, vamos continuar a trabalhar arduamente, levando a cabo a nobre tarefa de amadurecimento e modernização do sector em causa, prestigiando as grandes linhas de actualização, propostas pelo Governo, rumo à reconstrução e ao desenvolvimento sustentado do País.

02

ATRIBUIÇÕES E VALORES

Constituem atribuições da CMC:

- Regular o mercado de capitais bem como as actividades exercidas pelas entidades sujeitas à supervisão.
- Supervisionar e assegurar a transparência do mercado de capitais;
- Fiscalizar e assegurar a protecção dos investidores;
- Promover o desenvolvimento do mercado de capitais e de outros instrumentos financeiros e das actividades de intermediação financeira.

Valores da CMC:

-  Interesse Público;
-  Confiabilidade;
-  Eficácia do Mercado;
-  Transparência;
-  Competitividade;
-  Mercado Livre;
-  Protecção ao Investidor.



03

MARCOS HISTÓRICOS

03

MARCOS HISTÓRICOS

1997

Em 10 de Setembro, o Ministério das Finanças institui o Núcleo do Mercado de Capitais e Bolsa de Valores (NMC), com a função primordial de implementar o mercado de valores mobiliários.

2005

Em 18 de Março, publicação do Decreto n.º 9/05 – Estatuto Orgânico da Comissão do Mercado de Capitais;

Em 23 de Setembro, publicação da Lei n.º 12/05 – Lei dos Valores Mobiliários;

Em 30 de Setembro, publicação da Lei n.º 13/05 – Lei das Instituições Financeiras;

Em 30 de Dezembro, emerge oficialmente, por força do Despacho n.º 22/05, do Ministro das Finanças, a Comissão do Mercado de Capitais, com funções de regulação, supervisão, fiscalização e promoção do Mercado de Capitais em Angola.

2006

Em 2 de Maio, nomeação do Conselho Consultivo, por Despacho n.º 234/06, do Ministro das Finanças;

Em 16 de Novembro, primeiro registo, em 16 de Novembro, de uma Instituição Financeira Não Bancária: BALUARTE – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A.;

Em 30 de Novembro, primeira emissão de valores mobiliários – Obrigações de Caixa 2012 – do Banco Africano de Investimentos (BAI).

2008

Em 24 de Setembro, aprovação do Decreto Executivo das Taxas, pelo Ministro das Finanças;

Em 10 de Outubro, registo do primeiro Fundo de Investimento Imobiliário – BESA Património –, Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, criado pela BESAACTIF-Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA.





04

ECONOMIA E CONJUNTURA



04

ECONOMIA E CONJUNTURA

04.01 INTERNACIONAL

O ano de 2008 ficou marcado pela crise do subprime que teve o seu início nos Estados Unidos da América, no mês de Agosto de 2007.

Esta crise teve repercussões noutros mercados, como: o de ações e das taxas de juros das commodities, tendo o seu “efeito contágio” também conhecido por “efeito Tequila”, alastrado pelas principais praças financeiras americanas, europeias e asiáticas.

Em 2005, o crédito do subprime representava 10% dos empréstimos de habitação nos EUA. Esta percentagem por si só, demonstra a confiança havida na altura. No entanto, também demonstra hoje, a volatilidade dos mercados financeiros e de crédito.

Porém, nos primeiros meses do Verão de 2007, começou a verificar-se a sua deterioração, passando a apresentar taxas de incumprimento (default) de dois dígitos (entre 10% a 15%), bem como da fragilidade da supervisão e controlo da Federal Reserve (FED).

No final de Junho de 2007, chegou o primeiro sinal da derrocada, com a falência de dois fundos imobiliários da Bear Stearns. Em 18/07/2007, o presidente da Reserva Federal dos EUA, lançou um aviso sobre o contágio do subprime.

Como consequência, houve uma corrida à venda de participações de títulos de subprime, o que originou a redução da sua cotação. Com este corolário, os bancos foram forçados a aumentar as suas reservas a curto prazo, o que levou a uma maior procura no mercado de reservas.

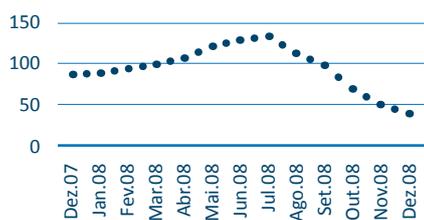
A maioria dos bancos não estava preparada para esta grande procura da venda de títulos do subprime. Este “tsunami”, mostrou a grande fragilidade dos bancos de investimento americanos, cujo controlo e funcionalidade, passava ao largo da Federal Reserve (FED). Assim, Bear Stearns, Goldman Sachs, Lehman Brothers, Merrill Lynch e Morgan Stanley, que no início de 2007, tinham o “mundo a seus pés”, com o subprime, mostraram a sua fragilidade: tinham “pés de barro”.



Quadro 1

Beneficiário	Valor	Observações
Empréstimo ao American International Group (AIG).	USD 85 mil milhões	Governo Federal fica com a participação de 79,9% da seguradora.
JP Morgan Chase	USD 97 mil milhões	Depois do JP ter dado financiamento de emergência ao Lehman Brothers, após o pedido de falência.
Empréstimos a bancos	USD 200 mil milhões	Emitidos através da Term Facility da FED.
Compra de ações preferenciais da Fannie Mae e do Freddie Mac	USD 200 mil milhões	Maiores instituições de crédito hipotecário dos EUA, para reforçar o seu capital.
Federal Housing Administration	USD 300 mil milhões	Refinanciar hipotecas em incumprimento.
Vários	USD 4 mil milhões	Auxílio a comunidades locais, para ajudar a comprar e reparar casas abandonadas devido à execução de hipotecas.

Gráfico 1
Preço USD



Fonte: OPEP

A FED, no sentido de segurar Wall Street, fez uma série de injeções de capital e de empréstimos, conforme mostra o **Quadro 1**.

O dinheiro desembolsado pela FED, orçou em USD 886 mil milhões, correspondendo a 5% do Produto Nacional Bruto (PIB). Este contágio, passou para o outro lado do Atlântico, mais propriamente para a Europa, onde o Banco Central Europeu (BCE), no sentido de manter a lei da oferta e da procura entre mercados, injectou nos dois primeiros dias da “explosão da bolha subprime”, cerca de € 156 mil milhões e passado um mês, aproxima-

damente € 200 mil milhões. O Reino Unido e a Alemanha, intervieram com 18% e 21% respectivamente, do seu PIB, para darem cobertura ao seu sistema financeiro.

Neste contexto, os mercados de ações europeus perderam, em média, 6% nos dois primeiros dias da crise, enquanto os americanos perderam em média 3,5%, no mesmo espaço temporal.

O preço do petróleo nas principais bolsas mundiais (Nova York e Londres), foi fortemente influenciado pela crise financeira. O **Gráfico 1**, é elucidativo dessa queda.



Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), São Paulo

Entretanto, as análises da Thomson Reuters e PFC Energy, mostraram que a estabilidade financeira dos principais produtores não é afectada, se o preço do barril não descer abaixo: dos USD 55,00 para o Irão e Arábia Saudita; dos USD 68,00 para a Nigéria; e dos USD 95,00 para a Venezuela.

Os países com maiores reservas cambiais serão, à partida, os menos afectados, mesmo que os preços não sejam recuperados no médio prazo. Mas, estes países, para manterem as suas balanças de pagamento com superavit, terão de diminuir drasticamente as suas importações e o seu nível de consumo. Países que precisam das receitas do petróleo, para custear programas de grande impacto social, como a Rússia e a Venezuela, também serão afectados.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que em Setembro de 2008, tinha dado instruções aos países membros em reduzirem a produção para 500 mil barris/dia, em Dezembro do mesmo ano, instruiu, no sentido de serem produzidos menos 4,2 milhões de barris/dia da produção global. De acordo com o secretário-geral da OPEP, HE Abdalla Salem El-Badri, em entrevista data de 13 de Janeiro de 2009, ao Boletim da OPEP, “é ainda demasiado cedo para verificar os possíveis efeitos que isso poderia ter sobre o mercado petrolífero”.

Perante esta redução da produção, os diagnósticos da OPEP e da Agência In-

ternacional de Energia (IEA), são coincidentes neste ponto: a procura tende a cair no curto prazo. E a queda será tão mais intensa, quanto maior for a recessão nos países industrializados. Por outro lado, estes países estão cada vez mais virados para as energias alternativas, ou seja, procuram cada vez mais, estarem menos dependentes do petróleo.

Como o epicentro desta crise financeira foi nos EUA, o seu PIB, teve um decréscimo de 0,3%, no terceiro trimestre de 2008, conforme dados divulgados pelo seu Departamento de Comércio. Trata-se da primeira retracção a nível de actividade económica dos EUA, desde a queda de 0,2% no quarto trimestre de 2007 e o pior resultado, desde a baixa de 1,4%, verificada no terceiro trimestre de 2001, altura em que os americanos sofreram uma grave crise.

O decréscimo de 0,3% acima referido, confirma o que os mercados e governos mundiais mais temiam: a maior economia do Mundo, caminha para a recessão, ou pelo menos, para uma forte desaceleração. Convém notar que, tecnicamente, um país entra em recessão após dois trimestres consecutivos com crescimento do PIB negativo.

Por outro lado, o Banco Mundial, espera um crescimento da economia mundial para 2009, inferior a 1%, em que destacamos no **Quadro 2**.

Quadro 2

Região/País	%
Mundo	0.9
Zona Euro	-0.6
Estados Unidos	-0.5
Japão	-0.1
China	7.5
Índia	5.8
Rússia	3.0
Brasil	2.8
Países em Desenvolvimento	4.5

Fonte: Banco Mundial

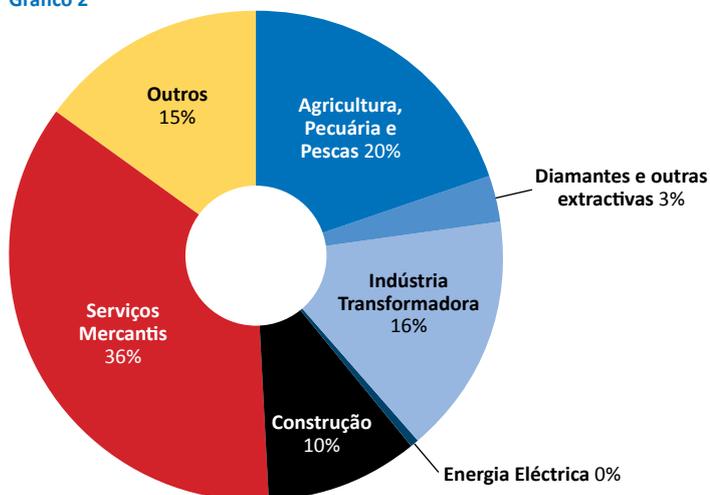
Quadro 3
Evolução do PIB

Unidade 10⁶ Kz

Descrição	2007	2008	%
PIB a preços correntes de mercado	4.637,70	6.413,40	38
Taxa de crescimento real (preços do ano anterior) (%)	23,3	15,6	-7,70
Sector Petrolífero	20,4	11,7	-8,70
Sector não Petrolífero	25,7	20,5	-5,20

Fonte: Ministério do Planeamento, INE e estimativas do GEREI/Ministério das Finanças

Gráfico 2



Fonte: Ministério do Planeamento, INE e estimativas do GEREI/Ministério das Finanças

04.02 NACIONAL

No ano de 2008, o Produto Interno Bruto (PIB), comparativamente a 2007 teve a evolução apresentada no **Quadro 3**.

O PIB, a preços correntes de mercado, teve um acréscimo de 38%, mas relativamente à taxa de crescimento real, houve um abrandamento de 7,7 %.

As taxas do Sector Petrolífero e do Sector não Petrolífero, foram de 11,7% e 20,5%, respectivamente.

Quer o Sector Petrolífero, quer o Sector não Petrolífero, relativamente a 2007, tiveram um menor crescimento: 8,7% e 5,2% respectivamente. Nesse ano (2008), o Sector não Petrolífero tinha a seguinte composição como mostra o **Gráfico 2**.

Os “Serviços Mercantis” (sector terciário ou de serviços), são os que têm maior peso, com 36%, seguido da “Agricultura, Pecuária e Pescas” (sector primário), com um valor percentual de 20%.

A “Construção”, que é um sector vital para a reconstrução nacional, tem um peso de 10% e os “Diamantes e Outras Indústrias Extractivas” têm uma representatividade de 3%.



Quadro 4 Evolução dos Meios de Pagamento

Unidade 10⁶ Kz

Descrição	2007	2008	%
M1 (Moeda Nacional)	313.681,06	628.946,04	101%
M2 (Moeda Nacional)	353.718,17	672.456,35	90%
M3 (Moeda Nacional)	488.576,56	1.235.265,87	153%

Fonte Banco Nacional de Angola

A inflação acumulada anual, que teve como medida o Índice de Preços no Consumidor em Luanda, foi em 2008 de 13% contra 11,8% em 2007, ou seja, teve um crescimento de 1,2%. O combate à inflação é uma estratégia lançada a partir de 2003, numa altura, em que a economia apresentava uma taxa de inflação média anual, de 99,53%, acabando por cair em 2008, para os 13%, como mostra o [Gráfico 3](#).

Pese embora a taxa de inflação ter tido uma boa recuperação de 2003 para 2008, ainda continua a ser o principal objectivo, a redução da inflação para um dígito, tendo sempre em consideração o aperto da política monetária, fruto da crise financeira que grassa no Mundo.

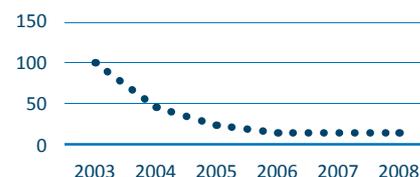
Os Meios de Pagamento, M1¹, M2² e M3³, tiveram a evolução apresentada no [Quadro 4](#).

¹ Dinheiro no BNA + saldos de contas à ordem imediatamente disponíveis.

² M1+ depósitos a prazo de baixos montantes (nos EUA, até USD 100.000).

³ M2+ depósitos a prazo de elevados montantes.

Gráfico 3



Fonte: Ministério das Finanças

Os acréscimos verificados em 2008, foram devidos à subida de 42,7% dos Activos Externos Líquidos (AEL), mais propriamente das Reservas Cambiais, que tiveram um aumento na ordem dos USD 5,3 mil milhões, enquanto os Activos Internos Líquidos (AIL) tiveram uma subida de 720,2%, sobressaindo o Crédito à Economia, que teve um aumento em cerca de 35,1%.

Com o forte aumento dos Meios de Pagamento, verificou-se um incremento substancial dos Títulos do Banco Central (TBC), na ordem dos 94%, com as taxas de juros a registarem valores percentuais em 2008 de 14,34%, contra 14,99% em 2007.

As Disponibilidades (Meios Líquidos), tiveram a evolução que o **Quadro 5** mostra.

No total, tiveram um crescimento de 45%, em que os Depósitos à Ordem-ME e os Depósitos a Prazo-ME, representaram 81% e 19% respectiva-

mente, das Disponibilidades. O Efeito Cambial total acumulado, teve um valor percentual de 0,09% em 2008, contra 0,13% do ano anterior.

No que concerne às Finanças Públicas, houve a evolução conforme mostra o **Quadro 6**.

Quadro 5

Unidade:10⁶ USD

Descrição	2007	2008	%
Depósitos à Ordem-ME	5.268,93	7.837,58	49%
Depósitos a Prazo-ME	1.384,35	1.810,83	31%
Total	6.653,28	9.648,41	45%

Fonte: Banco Nacional de Angola

Quadro 6

Unidade:10⁶ USD

Descrição	Período			% PIB		
	2007	2008	%	2007	2008	Dif
Financiamento Líquido	(658,0)	(709,0)	8%	-14,2	-11,1	3,1
Financiamento Interno (líquido)	(696,0)	(763,9)	10%	-15,0	-12,1	2,9
Bancos	55,9	(698,6)	-1350%	1,2	-11,0	-12,2
Outros	(751,9)	(65,3)	-91%	-16,2	-1,0	15,2
Financiamento Externo (líquido)						0,0
Activos						0
Passivos	38,0	54,9	44%	0,8	0,9	0,1

Fonte: Ministério das Finanças



Extracção de Petróleo

Em 2008, as Receitas Públicas tiveram um crescimento relativamente a 2007 de 47%, o que representa um diferencial positivo de 3% do PIB. As Despesas Públicas, tiveram uma subida de 56%, o que corresponde a 4,5% do PIB. Dentro das Despesas Públicas, destacamos o crescimento das Remunerações e das Transferências Correntes com 50% e 74%, respectivamente. O Saldo Global, que é superavitário, teve um acréscimo de 20%, mas relativamente ao PIB, apresenta um diferencial negativo de 1,5%.

O Financiamento teve o seguinte comportamento apresentado no **Quadro 7**.

O Financiamento Líquido teve um crescimento de 8%, representando 3,1% do PIB. Dentro das Origens do Financiamento, o Governo recorreu basicamente ao Mercado Interno com Kz.763,9 mil milhões em 2008 contra Kz. 696,0 mil milhões em 2007, cujo diferencial representa 2,9% do PIB.

Em 2008, as taxas médias de câmbio do Kwanza, relativamente às principais moedas mundiais, tiveram a evolução que o **Gráfico 4** mostra.

Pode-se dizer que o Kwanza, relativamente às moedas que constam no gráfico, mostrou uma boa estabilidade, bem como uma boa apreciação.

Gráfico 4



Fonte: Banco Nacional de Angola

Quadro 7

Unidade: 106 USD

Descrição	Anos			% PIB		
	2007	2008	%	2007	2008	Dif
Receitas	2.124,7	3.132,9	47%	45,8	48,8	3,0
Despesas	1.599,5	2.501,7	56%	34,5	39,0	4,5
Saldo global	525,2	631,2	20%	11,3	9,8	-1,5

Fonte: Ministério das Finanças



05

EXECUÇÃO DAS MÊDIDAS DE POLÍTICA



05

EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE POLÍTICA

O Programa Integrado do Sistema Financeiro enquadra um conjunto de medidas e acções de carácter legal, organizacional e político, necessárias para dotar o País de um sistema financeiro moderno e dinâmico que seja um contributo determinante para o desenvolvimento económico-social. Neste contexto, e no domínio do Mercado de Capitais, o Governo aprovou quatro medidas de política essenciais, que passamos a mencionar:

MEDIDA DE POLÍTICA 1 **Reforço da Capacidade** **Institucional do Governo** **no domínio do Mercado** **de Capitais**

O reforço da capacidade institucional do Governo, enquanto medida de política, encontra a sua sustentação em quatro objectivos fundamentais:

1º FORTALECIMENTO DA **ESTRUTURA DA SUPERVISÃO.**

A CMC, elaborou um amplo programa de formação, visando a capacitação dos seus executivos e técnicos.

No âmbito do Protocolo de Cooperação, com a sua congénere portuguesa, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), foram desenvolvidos vários programas de troca de experiências, em contexto real de trabalho, tendo obtido experiência em algumas áreas da supervisão, nomeadamente:

- a. **Assuntos Jurídicos e Contencioso**, em que os executivos e técnicos da supervisão, obtiveram a experiência necessária para elaboração de relatórios de investigação, visando a denúncia-crime, a elaboração de pareceres genéricos sobre recomendações, o acompanhamento e complemento de processos de contra-ordenação, bem com os procedimentos de acusações e decisões na estrutura interna da supervisão;
- b. **Supervisão de Mercados Emitentes e Informação**, foi obtida a experiência necessária para análise do impacto da informação no mercado, em particular os factos relevantes. Por outro lado, houve o acompanhamento da negociação de valores mobiliários e outros instrumentos financeiros, processamento das operações de liquidação e registo, bem como a qualidade das demonstrações financeiras;

c. **Comunicação e Apoio ao Investidor**, foram desenvolvidas as seguintes actividades com a CMVM: recolha, organização e difusão de dados estatísticos relativos aos mercados e aos seus agentes; coordenação dos cadernos editoriais do mercado de valores mobiliários; elaboração do relatório anual de actividades e restantes relatórios; e planos sobre as actividades;

d. **Supervisão de Intermediação e Estruturas de Mercado**, foram acompanhadas as actividades de intermediação, realização de fiscalização e investigação de práticas suspeitas de ilegalidades. Paralelamente, foi acompanhada e realizada a supervisão prudencial à Bolsa e ao Mercado de Balcão Organizado. Os Executivos e Técnicos do Gabinete de Estudos efectuaram estudos e elaboração de relatórios de índole económico-financeira, assim como a recolha e organização de dados estatísticos relativos aos mercados e aos seus agentes.

2º NOMEAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS.

Relativamente à nomeação dos seus órgãos, a CMC elaborou o Projecto de Decreto de nomeação do Conselho de Administração, com a respectiva nota explicativa tendo sido, posteriormente, submetido à tutela nos termos do Estatuto Orgânico da CMC.

Sobre o Conselho Fiscal, foram efectuados os seguintes trabalhos: consulta de Sociedades de Contabilidade e Auditoria legalmente registadas; consulta de Empresas do Sector de Prestação de Serviços; e, consulta de uma Empresa do Sector da Indústria, ou do Comércio, ou da Agricultura, ou das Pescas. Este trabalho, teve como objectivo a preparação da proposta de elementos para o Conselho Fiscal., tendo sido submetido à tutela para apreciação.



3º ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS DE PROTECÇÃO AO INVESTIDOR.

A CMC, tem vindo a trabalhar na elaboração do Guia do Investidor, no sentido de dar maior força ao princípio da protecção do investidor. Neste contexto, foi dada uma maior divulgação ao funcionamento do Mercado de Capitais. Com esse propósito, tem trabalhado na elaboração de brochuras e cadernos informativos, com maior destaque para as matérias da “Supervisão”, dos “Fundos de Investimento”, das “Perguntas Frequentes” e dos “Direitos dos Investidores”.

Ainda no âmbito da protecção ao investidor e com o objectivo de defender o mercado, nomeadamente os accionistas minoritários, foram produzidos diversos projectos de diplomas, destacando o Regime Jurídico das Contravenções e o Regulamento dos Clubes de Investimento.

4º ACÇÕES DE PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL.

Com o propósito de se candidatar a membro ordinário da Organização Internacional das Comissões de Valores “OICV-IOSCO”, a CMC tem mantido diversos contactos com o referido organismo. Como consequência, participou como membro observador, na 33.ª Conferência Anual, realizada no Palácio dos Congressos de Paris, no mês de Maio de 2008. Naquela conferência, os participantes debruçaram-se sobre a globalização da economia, com destaque para as regras e princípios da supervisão no contexto mundial.

A convite da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC - Brasil), a CMC participou no 20.º Congresso Internacional da APIMEC, intitulado “Novas Fronteiras, Desafios e Responsabilidades”, cujo objectivo principal foi o intercâmbio de informações entre os profissionais presentes.

Ainda no quadro do protocolo de cooperação existente com a congénere brasileira, a CMC participou num programa de intercâmbio, na República Federativa do Brasil, visando a troca de experiências sobre a crise financeira internacional e os novos desafios e responsabilidades de supervisão, bem como a sua repercussão em países emergentes, como o Brasil.

MEDIDA POLÍTICA 2 **Criação de um Quadro** **Regulamentar para a** **Exequibilidade das Leis**

A exequibilidade das leis que sustentam o Mercado de Capitais, depende da criação de regulamentos que estabeleçam as regras técnicas necessárias ao seu desenvolvimento. O Programa Geral do Governo determinou, para o ano de 2008, os seguintes objectivos:

1. Regular o Regime Jurídico das Sociedades Financeiras

Entre Janeiro e Fevereiro de 2008, a CMC, recolheu contribuições públicas, que permitiram a introdução de alterações pontuais aos Projectos de Regulamentos, nomeadamente, as Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários, Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento, Sociedades Gestoras de Participações Sociais, Sociedades Gestoras de Patrimónios, Sociedades de Investimento, Sociedades Abertas, Sociedades de Gestão e Investimento Imobiliário;

2. Regular e Divulgar o Regime Jurídico dos Fundos de Investimento

No prosseguimento da consulta pública, foi trabalhado o Regime Jurídico dos Fundos de Investimento Mobiliário e Imobiliário, tendo sido introduzidas alterações que possibilitaram a concretização dos referidos diplomas e o conseqüente envio à tutela, afim de serem agendados em Conselho de Ministros.

3. Regular as Novas Actividades e Categorias de Profissionais

Dentro das atribuições da CMC e no que concerne à sua função reguladora, esta produziu regulamentos relativos à actividade dos Analistas e Consultores Financeiros, designadamente os projectos que regulamentam a sua actividade.



4. Compatibilização das Demonstrações Financeiras das Instituições Financeiras Não Bancárias

Quanto à compatibilidade das Demonstrações Financeiras das Instituições de Intermediação Financeira, a CMC adaptou o Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF), produzido pelo Banco Nacional de Angola, já de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, às instituições financeiras não bancárias ligadas ao Mercado de Capitais.

5. Outros Regulamentos

Não obstante as obrigações decorrentes do Programa Geral do Governo, foram produzidos e melhorados outros diplomas legais e regulamentos, objectivando uma maior funcionalidade do mercado. Deste modo, destacamos, resumidamente, os seguintes:

Projectos de Diplomas Legais

- Lei do Financiamento do Agro-Negócio;
- Decreto do Regime Jurídico das Contravenções;
- Decreto de Revisão do Estatuto Orgânico da Comissão do Mercado de Capitais;

Projectos de Decretos Executivos

- Livro de Registo de Acções;
- Taxas;

Projectos de Regulamentos

- Registo e Certificação dos Agentes de Intermediação Financeira;
- Bolsas de Valores, Mercadorias e Futuros;
- Ofertas Públicas;
- Negociação em Bolsa de Valores;
- Custódia e Registo Central de Valores Mobiliários;
- Liquidação e Compensação de Valores Mobiliários;
- Admissão a Cotação;
- Entrega de Documentos, dos Valores Mobiliários;
- Auditores;
- Emissão de Debêntures.

MEDIDA POLÍTICA 3 **Incrementação** **da Actividade de** **Intermediação e** **Negociação**

Para atingir esta medida de incremento da actividade de intermediação e negociação, a CMC, propôs o seguinte:

1. Incentivos ao surgimento de intermediários financeiros

Por força das atribuições da CMC, no que toca à promoção do Mercado de Capitais e das actividades que envolvam todos os agentes que nele intervenham directa, ou indirectamente, foram desenvolvidas acções de promoção do mercado, através de palestras institucionais, destacando-se:

- O Seminário sobre “A Nova Maneira de Pensar a Economia”, realizado em Benguela, onde os executivos da CMC, abordaram temáticas ligadas à Intermediação Financeira, Sociedades Abertas e Supervisão do Mercado;
- O Seminário sobre “A Importância do Mercado de Capitais na Economia Angolana”, promovido pelo Conselho Consultivo da Polícia Económica, em Malanje, tendo sido dissertado, por técnicos da CMC, o impacto do Mercado de Capitais, na economia angolana e o modelo de Supervisão adoptado;
- O Seminário sobre “A Regulação, Sistemas e Certificação Profissional no Mercado de Capitais”, promovido pelo Instituto de Formação do Mercado de Capitais (IFMC), com o apoio da CMC, realizado no Auditório das AAA, em Luanda, com o objectivo de divulgar o Sistema de Negociação da Bolsa de Valores e Derivativos de Angola (BVDA), a credenciação e a certificação profissional dos agentes do mercado;
- Participação no Fórum Internacional “Imobiliário, Urbanismo e Arquitectura de Angola”, realizado pelo Fórum Social Angolano e pela Polis Luanda, com a apresentação do tema “Fundos de Investimentos Imobiliário”, em Junho de 2008, no Centro de Convenções de Talatona.



Dentro do mesmo contexto a CMC, tem publicado diariamente, o Boletim de Cotações das Bolsas, com a finalidade de criar a cultura e aprendizagem sobre o funcionamento quer do Mercado de Capitais, quer das Bolsas de Valores.

Entretanto, fruto dos incentivos e divulgação do Mercado de Capitais, deram entrada na CMC, sete (7) pedidos de autorização para constituição de Sociedades Corretoras de Valores Mobiliários: Golden Broker - SCVM S.A., BFI – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários S.A., Savings - Sociedade Corretora de Valores Mobiliários S.A., BFA Dealer - Sociedade Corretora de Valores Mobiliários S.A., Old Mutual Angola – SCVM Lda, Imara - Securities Angola, Sociedade Corretora de Valores Mobiliários Lda., e Novação – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A.

Destes processos, foram autorizados pelo Ministro das Finanças: Novação – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A. e Golden Broker – SCVM, S.A.;

2. Operacionalização do Sistema Financeiro Habitacional Via Mercado

O presente objectivo, encontra-se realizado com a produção do regulamento das Sociedades de Gestão e Investimento Imobiliário, com o regulamento das Sociedades Gestoras do Fundos de Investimento, bem como o Projecto de Decreto sobre os Fundos de Investimento Imobiliário.

Encontra-se também em fase de estudo, um quadro de incentivos fiscais sobre os Fundos de Investimento Imobiliário, nomeadamente: os Impostos de Sisa, o Predial Urbano e Outros Ganhos de Capital, resultantes da aplicação financeira em Fundos de Investimento Imobiliário.



3. Promoção do Surgimento das Sociedades de Capital de Risco

A CMC tem desenvolvido contactos com instituições congéneres, designadamente a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de Portugal e a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil, com o objectivo de criar campanhas específicas de promoção.

Igualmente, no campo regulamentar, nos termos da Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro, Lei das Instituições Financeiras, a CMC elaborou diversos estudos com vista a fixar as regras técnicas necessárias ao surgimento das Sociedades de Capital de Risco;

4. Agregação no Instituto de Formação do Mercado de Capitais dos Profissionais de Investimento

A CMC, no quadro das suas atribuições, tem desenvolvido, em parceria com o Instituto de Formação do Mercado de Capitais (IFMC), instituição criada para o biénio no âmbito do Programa do Governo 2005/2006, aprovado pela Lei n.º 14/04, de 28 de Dezembro, estratégias de promoção do ensino, relacionado com o Mercado de Capitais, através de trabalhos de investigação e de campo.



5. Implementação da Formação de Operadores no Mercado de Capitais

A Implementação da Formação de Operadores no Mercado de Capitais teve como ponto de partida o desenvolvimento de pesquisas científicas, da CMC e do IFMC, com o intuito da elaboração de um conjunto de manuais, permitindo a estruturação do Curso de Fundamentos do Mercado de Capitais.

As referidas pesquisas, culminaram com a elaboração e produção de onze (11) módulos do Curso de Fundamentos do Mercado de Capitais, que abarcam todas as áreas necessárias à formação de operadores, dos quais enumeramos: Introdução ao Mercado de Capitais; Mercado de Valores Mobiliários; Economia de Angola e Mercado de Capitais; Conversão do Capital em Lucros; Desempenho da Gestão de Investimento; Metodologia de Análise Financeira; Regulamentação do Mercado; Administração de Carteiras de Investimento; Como Investir na Bolsa de Valores; Caracterização dos Mercados Emergentes; Envolvente Legal do Mercado de Capitais.

MEDIDA POLÍTICA 4 Aumento do Número de Empresas Abertas

O Mercado de Capitais, tem um papel chave na modernização da economia e, por conseguinte, na expansão das empresas, no apoio à inovação e ao desenvolvimento da capacidade empresarial.

Neste contexto, o aumento do número de Empresas Abertas, reveste-se de uma importância crucial para o crescimento nacional, permitindo o financiamento do seu sector produtivo. Funciona deste modo, como meio de capitalização das empresas em alternativa ao crédito bancário.

Sendo assim, o Programa Geral do Governo, no quadro da medida de Aumento do Número de Empresas Abertas, definiu os seguintes objectivos:

1. Incentivar as Empresas a transformarem-se em Sociedades Abertas

Com o propósito de cumprir com o primeiro objectivo, a CMC efectuou vários estudos junto de empresas públicas e privadas, suportados por dois casos experimentais de Start-ups.

Por outro lado, a CMC, em colaboração com empresas públicas e privadas, promoveu a realização da primeira formação em Road Show para Directores de empresas públicas e privadas, na República Federativa do Brasil, incentivando as empresas a elaborarem e divulgarem as suas demonstrações financeiras, no quadro de eventuais aberturas do capital.

2. Propor Incentivos Fiscais Indutores a Listagem de Empresas e Aumento de Títulos na Bolsa de Valores

A CMC, em parceria com um escritório de Advogados e Consultores Internacionais, desenvolveu estudos tendentes à viabilização de um quadro de incentivos fiscais indutores, não só para a abertura de capital das empresas, públicas e privadas, mas também para a atracção de pequenos investidores do mercado de acções e debêntures.

Decorrente dos referidos trabalhos, recomendou-se às autoridades competentes, a aprovação de um conjunto de incentivos fiscais, visando a redução, ou isenção da tributação dos dividendos e mais-valias, resultantes das aplicações em acções objecto de ofertas públicas, enquanto que as debêntures beneficiariam da redução ou isenção da tributação sobre os juros e mais valias realizadas.

Para as Sociedades Abertas criar-se-iam mecanismos, que permitissem a redução das taxas, emolumentos e imposto de selo, aquando da criação dessas Sociedades, incluindo também, o aumento do seu capital social.



3. Incentivar a adopção de boas práticas de Governança Corporativa, distinguir as empresas por níveis de gestão

Quanto à matéria de Incentivos e adopção de boas práticas de gestão corporativa, desenvolveu-se, em colaboração com a BVDA, projectos de regulamentos sobre os requisitos de listagem da BVDA, em que se destaca a obrigatoriedade de prestação de informações financeiras e sociais, visando a transparência das operações realizadas no Mercado de Capitais.

Dada a importância das boas práticas de governança corporativa, a CMC participou no “Fórum Boas Práticas Angola”, organizado pela SINASE - Recursos Humanos, Estudos e Desenvolvimento de Empresas, Lda, em Maio/Junho, onde especialistas internacionais, abordaram os temas sobre Corporate Governance e o Mercado de Capitais, Novos Modelos Jurídicos de Governo Societário, Gestão Estratégica de Recursos Humanos no Corporate Governance e Modelos de Corporate Governance, suas vantagens e seus inconvenientes.

4. Desenvolver Campanhas de Marketing Institucional, para garantir a ampla participação da população na Abertura do Capital das Empresas Angolanas através da Bolsa de Valores

Foi desenvolvido um programa de divulgação, junto da Televisão Pública de Angola, Rádio Nacional de Angola e Jornal de Angola.

O Programa de divulgação, junto da Televisão Pública de Angola, teve como linha de orientação a participação em entrevistas e debates televisivos. No que se refere à participação em programas radiofónicos, a CMC participou activamente em mesas redondas e debates temáticos sobre o Mercado de Capitais e a crise financeira internacional. Por último, a CMC, em colaboração com o Jornal de Angola, na divulgação de informações sobre o Mercado de Capitais através da publicação diária, do Boletim de Cotações das Bolsas e a edição mensal do Suplemento Mercado de Capitais.

Simultaneamente, colocou-se nas principais artérias da cidade de Luanda, painéis publicitários (outdoors) com o intuito de provocar uma vasta participação de todos os cidadãos, na discussão dos principais assuntos do Mercado de Capitais.





06

BALANÇO SOCIAL

06

BALANÇO SOCIAL

A CMC é uma Autoridade Administrativa Independente (AAI), de natureza reguladora, que no exercício das suas funções goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, conforme está consagrado no artigo n.º 1 do seu Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto n.º 09/05, de 18 de Março.

Por se tratar de uma AAI, a CMC rege-se, como está estabelecido no artigo 3.º do diploma legal supra referido, pela Lei dos Valores Mobiliários, pelo seu Estatuto Orgânico e pelo seu Regulamento Interno.

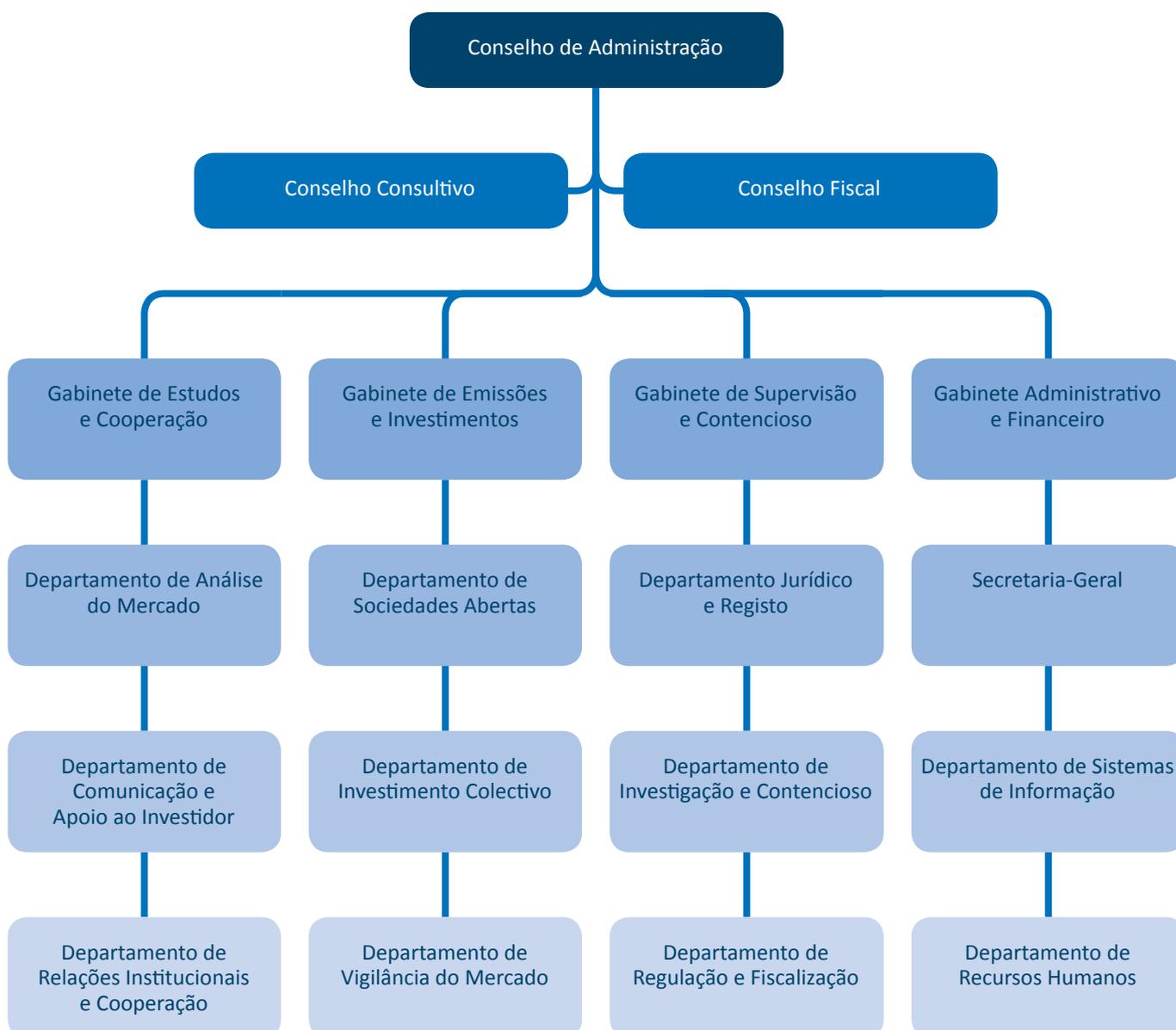
Nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 34.º, do Decreto 9/05, o regime jurídico aplicável à relação jurídico-laboral do pessoal da CMC, é o da Lei Geral do Trabalho (LGT).

No âmbito da gestão de Recursos Humanos e com o objectivo de dar a conhecer a realidade social existente na CMC, apresentamos o Balanço Social.

Trata-se de um relatório com uma estrutura própria, inserindo e fazendo constar um conjunto de dados objectivos e concretos, com real importância, para o conhecimento, a caracterização e a evolução dos recursos humanos e financeiros afectos à CMC. Também demonstra o resultado das políticas e das estratégias de gestão adoptadas, durante o período em referência.



ORGANIGRAMA



QUADRO DE RESPONSÁVEIS



DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES

A CMC conta com quatro gabinetes, e seus respectivos departamentos com as seguintes atribuições gerais:

Gabinete de Estudos e Cooperação

- tem como finalidade a promoção do mercado de capitais, marketing e educação do consumidor, bem como a produção de informações de estudos e análise do mercado, a garantia das relações institucionais da CMC com outros organismos.

Gabinete de Emissões e Investimento

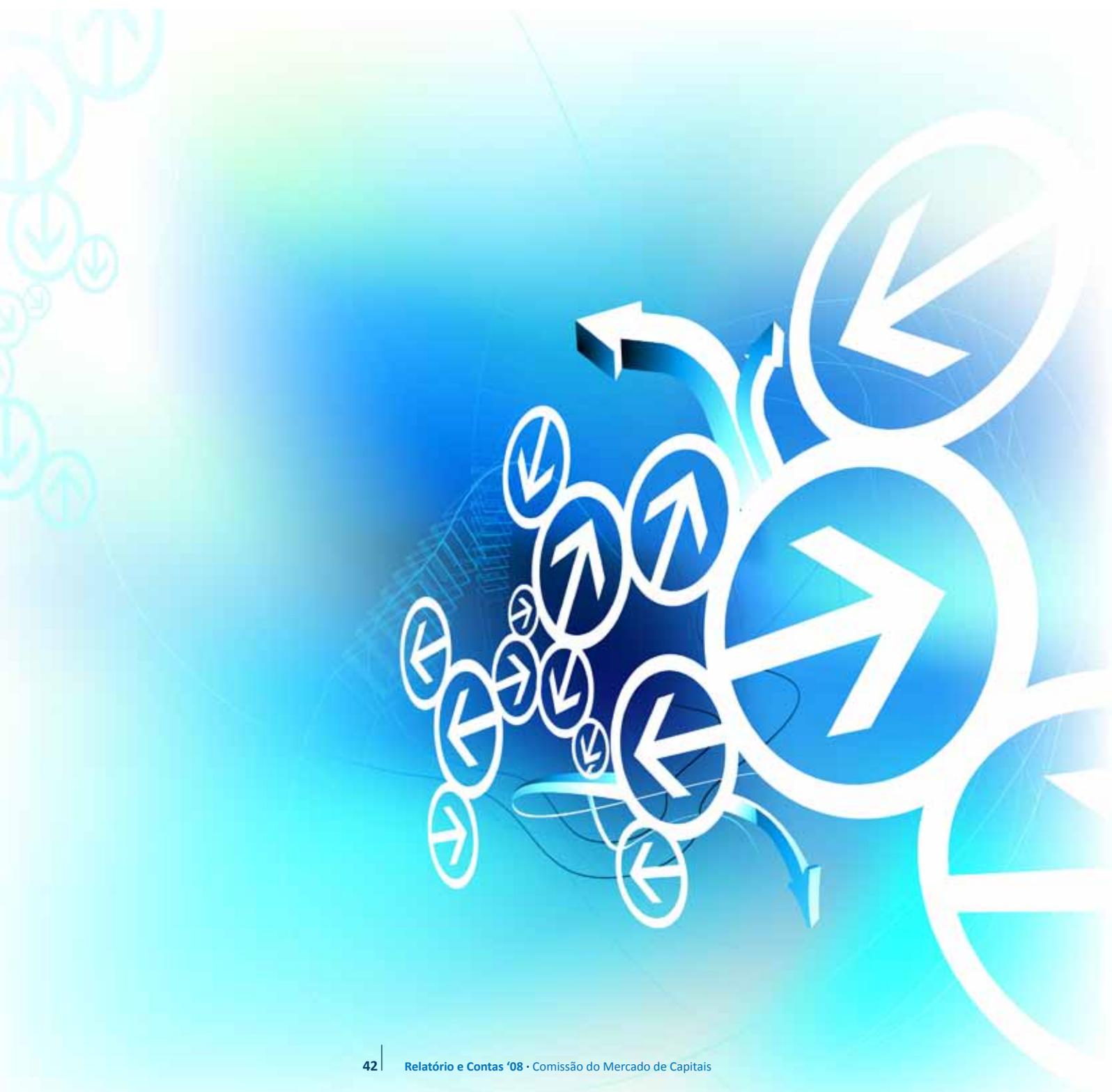
– compete acompanhar as emissões valores mobiliários, analisar os respectivos prospectos e supervisionar o mercado de produtos derivados.

Gabinete de Supervisão e Contencioso

– procede o registo das entidades emissoras de valores mobiliários, investiga os indícios de práticas de manipulação do mercado, de abuso de informação privilegiada e elabora a regulamentação em todo o mercado.

Gabinete Administrativo e Financeiro

– compete, designadamente, gerir as finanças da CMC, administrar os recursos humanos e patrimoniais, bem como o controlo dos sistemas de tecnologia de informação.



QUANTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

No ano de 2008, a CMC tinha um Volume Líquido de Emprego de 63 trabalhadores, assim distribuídos (**Quadro 8**):

Quadro 8

Descrição	Número
Comissão do Mercado de Capitais (CMC) ¹	48
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola (BVDA) ²	15
Total	63

¹ Inclui o Presidente em Exercício (Director Nacional nomeado pelo MINFIN) e uma funcionária do Banco de Comércio e Indústria (em Comissão de Serviço);

² Pessoal sob responsabilidade jurídico-laboral da CMC, enquanto não abrir a BVDA.

06.01 QUANTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL

A evolução da criação líquida de Emprego no último triénio foi a que mostra o **Gráfico 5**.

Em 2008, verifica-se um crescimento de 18 unidades, devido, fundamentalmente ao pessoal eventual da BVDA.

06.02 GRAU ACADÉMICO

Quer a CMC quer a BVDA, são instituições, cujos trabalhos obedecem a uma certa complexidade. Nesse sentido, 81% dos seus quadros, têm formação superior, em que sobressai a licenciatura, seguida do doutoramento (2) e mestrado (1).

O **Gráfico 6**, mostra o peso que tem cada uma das profissões na CMC.

06.03 GÉNERO

Ver **Gráfico 7**.

Gráfico 5

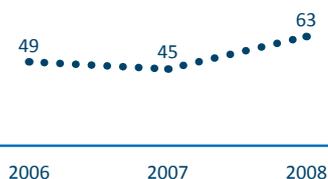


Gráfico 6

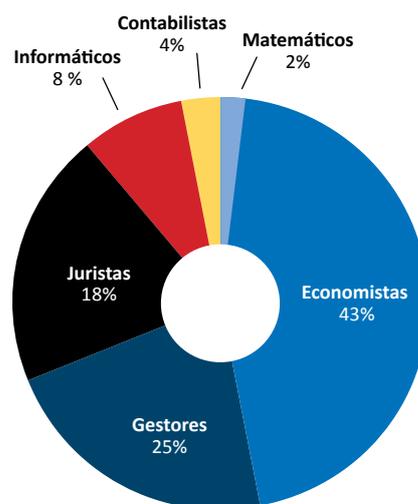


Gráfico 7

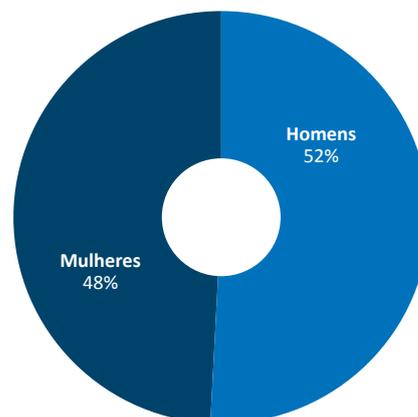
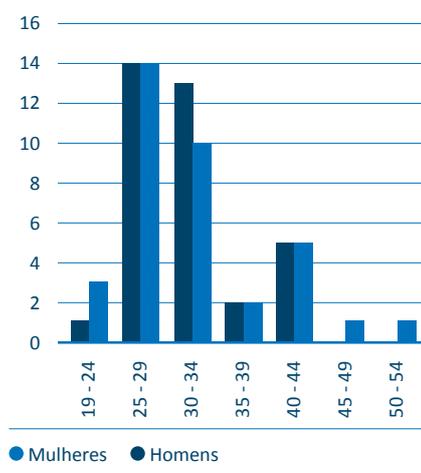


Gráfico 8



06.04 EM FUNÇÃO DA IDADE

Ver [Gráfico 8](#).

A idade média dos trabalhadores da CMC, situa-se nos 32 anos, sendo o escalão etário predominante, de 25 a 29 anos, o que corresponde a 40% do total dos trabalhadores.

06.05 ABSENTISMO

Em 2008, registou-se uma taxa de absentismo na ordem dos 4,67%, resultante de 6.220 horas de ausência do trabalho, relativamente às 133.056 horas laborais/ano. A maior percentagem de absentismo, foi registada na categoria dos Técnicos Superiores e Auxiliares Administrativos, sendo a maternidade, a principal causa.

06.06 FORMAÇÃO

A CMC confere especial importância à qualificação do seu capital humano, desenvolvendo com carácter permanente, programas de formação e capacitação, visando a excelência e perícia profissional, dos seus quadros.

Durante o período em análise, foram realizados 14 Programas de Formação, no país e no estrangeiro, aprimorando os conhecimentos, de cinquenta e seis (56) trabalhadores, atingindo um grau de 89%, relativamente aos trabalhadores em serviço, na CMC.

Brasil e Portugal, constituem os principais destinos da formação no exterior do país, por força dos protocolos de cooperação bilateral existentes com estes dois países. No entanto, Espanha também constitui destino de formação.

A CMC, apresenta no quadro da formação e capacitação dos seus trabalhadores, duas naturezas formativas: uma de carácter genérico e outra de carácter específico. A formação genérica, visa fundamentalmente, o aprimoramento dos conhecimentos sobre o funcionamento do Mercado de Capitais, no que respeita aos Organismos de Supervisão, às Bolsas de Valores, aos intermediários e produtos financeiros, à liquidação e compensação de títulos.

Quanto à formação específica, a CMC, promove a especialização e certificação dos técnicos, visando a excelência académica e perícia profissional dos mesmos, encontrando-se neste momento, quatro (4) técnicos em formação na cidade do Porto, Portugal, a frequentarem Mestrados em Finanças, Direito da Empresa e dos Negócios, e de Informática.



06.07 DESPESAS COM O PESSOAL

As “Despesas com o Pessoal” no total de Kz. 397.646.082,26, representaram 33% do valor orçamentado para a CMC.

As remunerações, subsídios, abonos e a Segurança Social, no montante de Kz. 262.441.000,47, são as componentes com maior peso na estrutura das “Despesas com o Pessoal”, representando 66% e dentro dela, o “Vencimento do Pessoal” com 78%.

A “Formação”, no total de Kz. 126.929.757,00, tem um peso de 32% na estrutura das “Despesas com o Pessoal” e dentro dela, destacamos os “Serviços de Ensino”, que representam 69% dos gastos com a formação.

A “Saúde”, no total de Kz. 8.275.324,79, têm um valor percentual de 2% na estrutura das Despesas com o Pessoal.

Quadro 10

PESSOAL		
		%
Vencimento do Pessoal	203.915.241,55	78%
Subsídios do Pessoal	30.481.587,23	12%
Subsídio de Natal	15.495.644,46	6%
Segurança Social	12.198.527,23	5%
Abono de Família	350.000,00	0%
Subtotal	262.441.000,47	100%
FORMAÇÃO		
Serviços de Ensino	87.902.765,48	69%
Subsídios de Deslocação	18.666.879,60	15%
Bilhetes de Passagem	20.360.111,92	16%
Subtotal	126.929.757,00	100%
SAÚDE		
Seguro de Saúde (Pessoal e Dependentes)	8.275.324,79	100%
Subtotal	8.275.324,79	100%
TOTAL	397.646.082,26	



STATEMENT OF CASH FLOWS

Expense

capital

Operating activities (NCOA)

plant, equipment

property, plant, and equipment

investments

Investing activities (NCIA)

\$1,465.4

275.84

193.18

0.0

656.5

43

\$2,45



07

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



07 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Nos termos da alínea h) do artigo 14º, do Estatuto Orgânico da Comissão do Mercado de Capitais, elaboramos e apresentamos o presente relatório, que dá a conhecer a Execução Orçamental da CMC, relativamente ao exercício de 2008.

A sua elaboração, teve como sustentáculo, as diretrizes contidas no Orçamento Geral do Estado (OGE), para o ano de 2008, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 9/97, Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado, de 17 de Outubro.

O Relatório, de acordo com o orçamento aprovado, demonstra as operações orçamentais executadas pela CMC. Mesmo como suporte, os dados do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e os documentos de gestão contabilística.

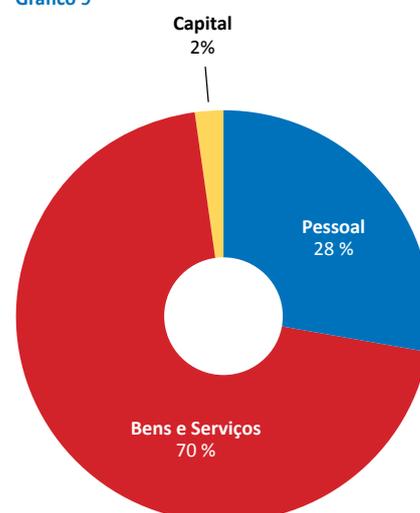
07.01 ORÇAMENTO DA CMC PARA 2008

O orçamento da CMC, aprovado pela Lei n.º 6/07, de 31 de Dezembro, determinou despesas no montante de Kz. 948.764.726,00, para o exercício de 2008, que foram cobertas única e exclusivamente por receitas provenientes dos Recursos Ordinários do Tesouro.

O **Gráfico 9**, mostra o peso da estrutura de Despesas, da CMC.

Analisando o orçamento, as rubricas com maior significado foram “Bens e Serviços” com 70% e “Pessoal” com 28%, respectivamente.

Gráfico 9



07.02 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento teve a distribuição mensal conforme apresentado no **Quadro 11**.

Entre o valor orçamentado, Kz. 948.764.726,00 e as Despesas executadas, no montante de Kz. 937.193.385,11, houve um desvio de 1%, o que demonstra que o orçamento foi integralmente cumprido.

A média mensal da Despesa, foi de Kz. 78.099.448,76, distribuída por “Pessoal”, “Bens e Serviços” e “Capital”, com médias de Kz. 21.870.083,37, Kz. 54.381.865,05 e Kz. 1.847.500,33, respectivamente.

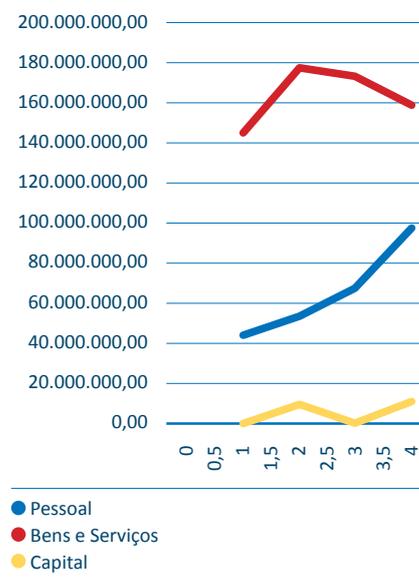
Os valores máximos: do “Pessoal”, ocorreram no mês de Novembro, no montante de Kz. 48.474.052,91, devido ao pagamento do décimo terceiro mês; dos “Bens e Serviços”, ocorreram no mês de Dezembro, no montante de Kz.106.864.792,20, devido aos compromissos programados para o 4º Trimestre de 2008.

Os valores mínimos: do “Pessoal”, ocorreram no mês de Janeiro, no montante de Kz.13.185.254,63, devido à inexistência do pagamento do subsídio de férias; dos “Bens e Serviços”, ocorreram no mês de Novembro, devido à inexistência de quota financeira.

07.02.01 EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DA DESPESA

A evolução trimestral da Despesa e das verbas disponibilizadas para a cobertura orçamental, está apresentada no **Gráfico 10**.

Gráfico 10





Quadro 11

DISTRIBUIÇÃO MENSAL DO ORÇAMENTO

MESES	PESSOAL	BENS E SERVIÇOS	CAPITAL	TOTAIS
Janeiro	13.185.254,63	42.548.203,49	0,00	55.733.458,12
Fevereiro	14.779.008,29	58.468.289,41	0,00	73.247.297,70
Março	16.184.892,36	42.530.474,80	1.173.520,00	59.888.887,16
Abril	17.924.017,67	75.080.451,41	2.250.600,00	95.255.069,08
Maiο	17.266.436,92	54.112.529,12	2.504.700,00	73.883.666,04
Junho	18.072.504,15	48.391.793,02	5.175.500,00	71.639.797,17
Julho	18.993.077,22	49.893.489,84	0,00	68.886.567,06
Agosto	18.061.743,26	61.415.151,98	0,00	79.476.895,24
Setembro	30.086.051,10	61.538.608,56	0,00	91.624.659,66
Outubro	23.377.506,50	51.738.596,80	2.747.724,01	77.863.827,31
Novembro	48.474.052,91	0,00	0,00	48.474.052,91
Dezembro	26.036.455,46	106.864.792,20	8.317.960,00	141.219.207,66
TOTAIS	262.441.000,47	652.582.380,63	22.170.004,01	937.193.385,11
Média	21.870.083,37	54.381.865,05	1.847.500,33	78.099.448,76
Máximo	48.474.052,91	106.864.792,20	8.317.960,00	
Mínimo	13.185.254,63	0,00	0,00	

Quadro 12

COMPARAÇÃO DO ORÇAMENTADO COM O EXECUTADO

TIPO DE DESPESA	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	DESVIOS	
			VALOR	%
Pessoal	266.897.591,00	262.441.000,47	4.456.590,53	1,67%
Bens e Serviços	658.718.913,00	652.582.380,63	6.136.532,37	0,93%
Subtotal	925.616.504,00	915.023.381,10	10.593.122,90	1,14%
Capital	23.148.222,00	22.170.004,01	978.217,99	4,23%
Total	948.764.726,00	937.193.385,11	11.571.340,89	1,22%

**07.03
GRAU DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL**

O **Quadro 12** representa o Grau de Execução Orçamental, concluindo-se que os desvios encontrados não foram expressivos.

**07.04
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DETALHADA DE 2008**

No quadro anterior, explicamos a síntese da estrutura das Despesas. O quadro seguinte, revela detalhadamente tal estrutura pelo que passamos a dissecar as rubricas que consideramos mais importantes, no **Quadro 13**.

**07.04.01
DESPESAS COM O PESSOAL**

As “Despesas com o Pessoal Executadas”, conforme quadro acima, atingiram o montante de Kz. 262.441.000,47.

Foi na rubrica “Vencimentos do Pessoal”, no total de Kz. 203.915.241,55, que se registou o maior peso, 78%. Os “Subsídios do Pessoal”, no montante de Kz. 30.481.587,23, foram a segunda rubrica, com um valor percentual de 12%.

As “Contribuições para a Segurança Social”, a cargo da CMC, tiveram um valor de Kz. 12.198.527,23, representando 5% do total da “Despesa com o Pessoal”.

Quadro 13

ESTRUTURA DAS DESPESAS

TIPO DE DESPESA	ORÇAMENTO	CONTRA- PARTIDAS INTERNAS	ORÇAMENTO AJUSTADO	EXECUTADO	PESO DA DESPESA (%)	SALDO
Despesas Correntes						
Pessoal						
Vencimentos do Pessoal	207 293 664,00	(3 363 796,46)	203 929 867,54	203 915 241,55	78%	14 625,99
Subsídios do Pessoal	24 537 136,00	5 948 250,00	30 485 386,00	30 481 587,23	12%	3 798,77
13º Mês do Pessoal	18 080 098,00	(2 584 453,54)	15 495 644,46	15 495 644,46	6%	0,00
Contribuições S. Social	16 583 493,00	0,00	16 583 493,00	12 198 527,23	5%	4 384 965,77
Abono de Família	403 200,00	0,00	403 200,00	350 000,00	0%	53 200,00
Subtotal	266 897 591,00	0,00	266 897 591,00	262 441 000,47	100%	4 456 590,53
Bens e Serviços						
Combust./Lubrificantes	2 333 769,00	(2 000 000,00)	333 769,00	237 420,00	0%	96 349,00
Viveres e Gén. Aliment.	6 019 200,00	(3 900 000,00)	2 119 200,00	2 087 058,12	0%	32 141,88
Mat. C. C. Especializado	3 261 952,00	0,00	3 261 952,00	3 107 862,63	0%	154 089,37
Outros Mat. C. Corrente	326 195,00	3 000 000,00	3 326 195,00	3 212 688,43	0%	113 506,57
Mat. Ut. D. Especialidade	1 619 200,00	(1 068 927,00)	550 273,00	550 228,00	0%	45,00
Outros Mat. Ut. Durad.	161 920,00	(74 094,00)	87 826,00	87 825,68	0%	0,32
Serviços de Comunicação	24 784 800,00	(8 150 000,00)	16 634 800,00	16 093 361,75	2%	541 438,25
Serviços de Saúde	18 181 500,00	(9 900 000,00)	8 281 500,00	8 275 324,79	1%	6 175,21
Serviços de Ensino	81 880 000,00	6 300 000,00	88 180 000,00	87 902 765,48	13%	277 234,52
Serviços Energia/Águas	2 700 000,00	0,00	2 700 000,00	0,00	0%	2 700 000,00
Serviços Limp./Saneam.	6 192 000,00	(6 192 000,00)	0,00	0,00	0%	0,00
Serviços Man./Conserv.	13 229 600,00	500 000,00	13 729 600,00	13 705 984,06	2%	23 615,94
Seguros	13 350 000,00	(13 350 000,00)	0,00	0,00	0%	0,00
Bilhetes de Passagem	45 080 000,00	(24 000 000,00)	21 080 000,00	20 360 111,92	3%	719 888,08
Serviços Trans. Pes./Bens	8 361 000,00	(1 800 000,00)	6 561 000,00	6 544 457,00	1%	16 543,00
Subsídios de Deslocação	38 530 000,00	(18 500 000,00)	20 030 000,00	18 666 879,60	3%	1 363 120,40
Outros Serviços	392 707 777,00	79 135 021,00	471 842 798,00	471 750 413,17	72%	92 384,83
Subtotal	658 718 913,00	0,00	658 718 913,00	652 582 380,63	100%	6 136 532,37
Total Despesas Correntes	925 616 504,00	0,00	925 616 504,00	915 023 381,10		10 593 122,90
Capital						
Eq. Processamento Dados	10 936 565,00	6 000 000,00	16 936 565,00	16 079 260,01	73%	857 304,99
Outras Desp. Capital Fixo	12 211 657,00	(6 000 000,00)	6 211 657,00	6 090 744,00	27%	120 913,00
Total Despesas Capital	23 148 222,00	0,00	23 148 222,00	22 170 004,01	100%	978 217,99
TOTAL	948 764 726,00	0,00	948 764 726,00	937 193 385,11		11 571 340,89

07.04.02 DESPESAS COM BENS E SERVIÇOS

As “Despesas com Bens e Serviços Executadas”, conforme quadro acima, atingiram o valor de Kz. 652.582.380,63.

Foi na rubrica “Outros Serviços”, no total de Kz. 471.750.413,17, que se registou o maior peso, 72%. Dentro dela, destacamos o **Quadro 14**.

Os “Serviços de Ensino”, com um valor de Kz. 87.902.765,48, foi a segunda maior rubrica, com um peso de 13%, assim distribuída no **Quadro 15**.

Os “Bilhetes de Passagens”, no montante de Kz. 20.360.111,92, tiveram um valor percentual de 3% e estão relacionados com despesas de passagens aéreas para missões oficiais no interior e exterior do país, bem como formação no exterior.

Os “Subsídios de Deslocação”, no valor de Kz. 18.666.879,60, também com um valor percentual de 3%, dizem respeito às ajudas de custo com missões oficiais, de formação e serviço, realizadas no interior e exterior do país, sob a forma de subsídio diário, conforme legislação específica.

Quadro 14

DESCRIÇÃO	VALOR	PESO
Consultoria	435.470.314,04	92%
Renda das Instalações	13.224.000,00	3%
Divulgação do MC	9.452.318,40	2%
Outros	8.285.491,88	2%
Vigilância	3.907.200,00	1%
Tribunal de Contas	1.411.088,85	0%
TOTAL	471.750.413,17	100%

Quadro 15

DESCRIÇÃO	VALOR	PESO
Formação no Estrangeiro	68.647.863,48	78%
Formação no País	19.258.902,00	22%
TOTAL	87.902.765,48	100%

07.04.03 DESPESAS DE CAPITAL

Nas “Despesas de Capital”, temos de relevante:

1. “Equipamento de Processamento de Dados”, com um investimento de Kz.16.079.260,01. Esta rubrica foi a que teve maior peso, com um grau de execução de 73%, no total das “Despesas de Capital”. Tal facto foi devido à dotação e actualização da CMC, com Hardware e Software mais adequado às suas exigências de funcionamento.
2. “Outros Bens de Capital Fixo” - foi investido nesta rubrica, o montante de Kz. 6.090.744,00, correspondendo, entre outros, à aquisição de uma fotocopiadora de alta resolução e um sistema de vídeo-conferência.

07.05 COMPARAÇÃO DO ORÇAMENTO EXECUTADO EM 2008 COM O DE 2007

O **Quadro 16**, mostra a comparação do orçamento executado no último biénio.

No decorrer do exercício de 2008, registou-se um acréscimo de 11,67% no total da Despesa. Nesse acréscimo, destacamos o “Pessoal”, com 52,77%, devido a:

- Atribuição, pela primeira vez, do subsídio de Direcção e Chefia;
- Suporte das “Despesas com o Pessoal”, do quadro eventual da CMC, referido no ponto 6 -Balanço Social.
- Aumento da criação líquida de emprego.

No que concerne às “Despesas de Capital”, com uma subida de 57,84%, comparativamente a 2007, foi devida à dotação de equipamentos ligados às Novas Tecnologias.

Quadro 16

COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

TIPO DE DESPESA	2008	2007	DESVIOS	
			VALOR	%
Pessoal	262.441.000,47	171.782.758,29	90.658.242,18	52,77%
Bens e Serviços	652.582.380,63	653.455.776,40	-873.395,77	-0,13%
Subtotal	915.023.381,10	825.238.534,69	89.784.846,41	10,88%
Capital	22.170.004,01	14.045.998,16	8.124.005,85	57,84%
Total	937.193.385,11	839.284.542,71	97.908.842,40	11,67%





08

EXECUÇÃO DAS DEMONSTRações FINANCEIRAS

The image shows a close-up of a financial table with a red circle highlighting a row of data. The table contains several columns of numbers and company names. The highlighted row includes the values 7,270, +580, 2,039,815, and SARACOM. Other visible company names include SEOL PHA, SIMS Valley, and SK Envict.

Technology, Inc.	7,270	+580	2,039,815	SARACOM
oration	2,780	+180	65,104	SEOL PHA
lectrics	9,950	+350	11,800	SIMS Valley
ital	9,700	20	775	SK Envict
Industrial	1,750	230	726,547	
of	8,200	800	88,889	
of	1,100	100	27,800	
of	1,100	100	27,800	

08

EXECUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Tendo como base a Lei n.º 09/97, de 26 de Junho, Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado, foram executadas as peças contabilísticas a seguir descritas, de acordo com o Orçamento aprovado para o exercício de 2008. Entre as referidas peças e o orçamento aprovado, não há quaisquer desvios. Os pressupostos para a elaboração das Demonstrações Financeiras tiveram como base:

1. Balanço Financeiro, em conformidade com o artigo 55.º, da Lei Quadro, apresentado no **Quadro 17**.
2. Balanço Patrimonial, como consigna o artigo 56.º, da Lei Quadro, apresentado nos **Quadros 18 a 22**.
3. Demonstração de Resultados, definida no artigo 57.º, da Lei Quadro, apresentada no **Quadro 23**.

08.01 BALANÇO FINANCEIRO

A Direcção Nacional do Tesouro (DNT) disponibilizou, em 2008, através da plataforma informática do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) recursos, no montante de Kz. 937.193.385,11, que asseguraram a cobertura financeira das despesas, repartidas de acordo com o apresentado no quadro abaixo, cujos fluxos financeiros estão em conformidade com o artigo 55.º, da Lei Quadro, apresentado no **Quadro 17**.

Quadro 17

BALANÇO FINANCEIRO

ACTIVO		PASSIVO	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
RECEITAS DE FUNCIONAMENTO	915.023.381,10	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	915.023.381,10
RECEITAS DE FINANCIAMENTO	22.170.004,01	DESPESAS DE FINANCIAMENTO	22.170.004,01
TOTAL DO ACTIVO	937.193.385,11	TOTAL DO ACTIVO	937.193.385,11

08 EXECUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

08.02 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Dentro das despesas de funcionamento temos duas classes que são descritas no **Quadro 18**.

Os “Bens e Serviços”, apresentam o maior peso, com o valor percentual de 71%, devido a despesas inerentes à formação, consultoria e divulgação do Mercado de Capitais.

08.03 EXECUÇÃO PATRIMONIAL

Dentro das classes do Balanço Patrimonial, as únicas que apresentam saldos, em 31 de Dezembro de 2008, são Meios Fixos e Capitais Próprios.

Os Capitais Próprios, mais propriamente Fundo Social, serviram de contrapartida aos Meios Fixos, equilibrando, desta forma, as contas do Balanço Patrimonial. Assim, julgamos pertinente desenvolver, apenas, a conta de Meios Fixos.

Quadro 18

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

DESCRIÇÃO	VALOR	PESO
PESSOAL	262.441.000,47	29%
BENS E SERVIÇOS	652.582.380,63	71%
TOTAL	915.023.381,10	100%



08.03.01 MEIOS FIXOS

Nos Meios Fixos houve movimentos somente no Imobilizado Corpóreo. Este, está valorizado ao custo histórico e ao justo valor, que no conjunto, apresentaram em 2008, um valor líquido de Kz. 30.794.491.99.

A determinação do justo valor, teve como base o trabalho elaborado pela PKF/Intrust Value, em Fevereiro de 2007, reportado ao exercício de 2006.

Deste trabalho resultou a seguinte avaliação conforme **Quadro 19**.

Desta forma, em 2006, o cálculo ao justo valor representou cerca de 83% do Capital Fixo da CMC, situação que se mantém em 2008.

O desenvolvimento do Imobilizado Bruto, foi o seguinte demonstrado no **Quadro 20**.

Quadro 19

AVALIAÇÃO DOS MEIOS FIXOS AO JUSTO VALOR

VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO
50.212.759,18	15.651.779,94	34.560.979,24

Quadro 20

IMOBILIZADO BRUTO

Rúbricas	Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Saldo Final
Equipamento Administrativo	4.228.320,08	3.750.480,00	596.307,15	7.382.492,93
Equipamento Informático	41.522.501,92	15.225.700,01	4.746.029,50	52.002.172,43
Mobiliário Diverso	20.257.315,00	3.028.480,00	3.675.691,82	19.610.103,18
Ferramentas e Utensílios Diversos	389.598,00	0,00	0,00	389.598,00
Mobiliário Social	11.995.872,00	0,00	2.156.552,02	9.839.319,00
Outras Imobilizações Corpóreas	2.518.139,00	165.344,00	1.331.900,00	1.351.583,00
Total	80.911.746,00	22.170.004,01	12.506.480,49	90.575.269,52

08 EXECUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quadro 21

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Abates	Saldo Final
Equipamento Administrativo	733.904,81	582.228,00	56.776,50	1.259.356,31
Equipamento Informático	27.175.891,54	15.467.885,00	1.000.242,83	41.643.533,71
Mobiliário Diverso	6.406.459,00	2.583.923,00	1.059.072,18	7.931.309,82
Ferramentas e Utensílios Diversos	194.800,00	97.400,00	0,00	292.200,00
Mobiliário Social	6.768.519,27	1.243.903,00	527.790,04	7.484.632,23
Outras Imobilizações Corpóreas	908.180,00	483.460,00	221.894,54	1.169.745,00
Total	42.187.754,62	20.458.799,00	2.865.776,09	59.780.777,53

Quadro 22

MEIOS FIXOS LÍQUIDOS

Rúbricas	Imobilizado Bruto	Amortizações	Imobilizado Líquido
Equipamento Administrativo	7.382.492,93	1.259.356,31	6.123.136,62
Equipamento Informático	52.022.172,43	41.643.533,71	10.358.638,72
Mobiliário Diverso	19.610.103,18	7.931.309,82	11.678.793,36
Ferramentas e Utensílios Diversos	389.598,00	292.200,00	97.398,00
Mobiliário Social	9.839.319,18	7.484.632,23	2.354.687,75
Outras Imobilizações Corpóreas	1.351.583,00	1.169.745,46	181.837,54
Total	90.575.269,52	59.780.777,53	30.794.491,99



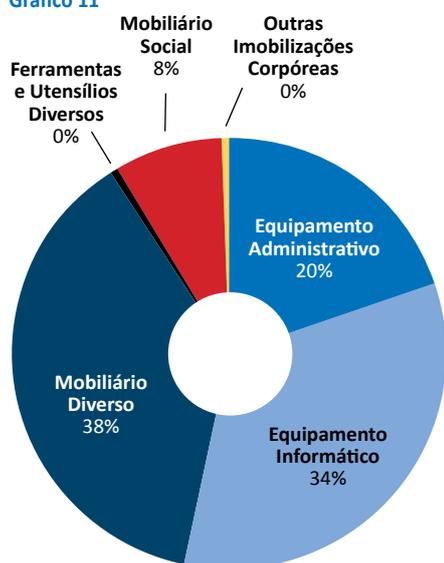
Os “Abates”, no valor de Kz. 12.506.481,00, tiveram como principais causas: o incêndio ocorrido nas instalações do extinto Núcleo do Mercado de Capitais no primeiro trimestre de 2008; e a existência de equipamento que já não se coadunava com as exigências do trabalho do dia-a-dia, mormente Equipamento Informático.

O desenvolvimento das Amortizações Acumuladas foi o apresentado no **Quadro 21**.

Para melhor compreensão e análise do Capital Fixo, apresentamos o **Quadro 22**.

O **Gráfico 11** gráfico, mostra o peso de cada uma das rubricas do Capital Fixo Líquido.

Gráfico 11



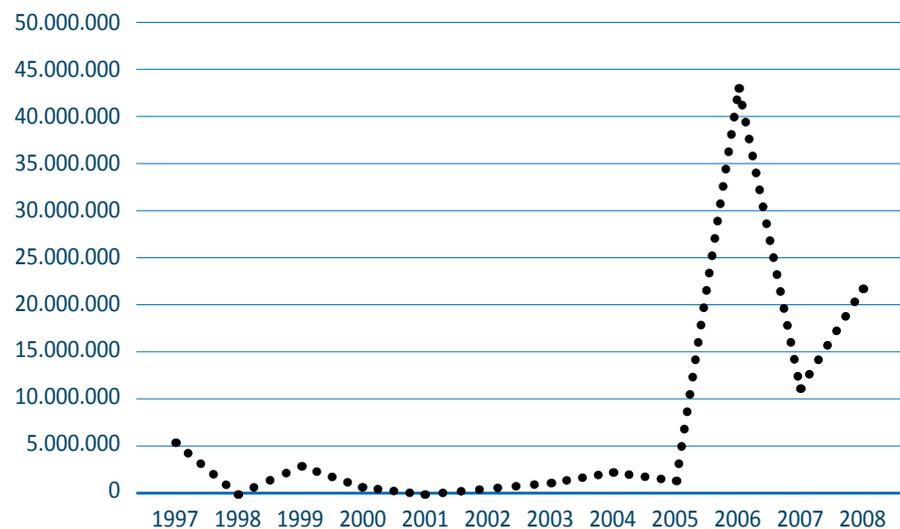
O “Mobiliário Diverso”, é a maior rubrica, com um peso de 38%, tendo em linha de conta que foi preciso dotar a CMC, de mobiliário que satisfaça as suas exigências de funcionamento.

O “Equipamento Informático”, é a segunda maior rubrica com um peso de 34%, o que se justifica, tendo em consideração a actividade da CMC, ou seja, Supervisão Financeira.

08.03.02 EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO EM CAPITAL FIXO

O **Gráfico 12**, mostra a evolução do Investimento em Capital Fixo.

Gráfico 12







09

DEMONS- TRAÇÃO DE RESULTADOS



09

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Apresentamos a Demonstração de Resultados por natureza no **Quadro 23**.

As Despesas constantes nesta Demonstração, já foram analisadas no ponto 8.4 Execução Orçamental Detalhada de 2008 (página 48).

Quadro 23

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rúbricas	Valores
Receitas Orçamentais Correntes	915.023.381,10
Vendas e Prestações e Serviços	
Total dos Proveitos de Exploração	915.023.381,10
Despesas Orçamentais Correntes	
Custo das Mercadorias Vendidas	
Fornecimentos e Serviços Externos	652.582.380,63
Custos com o Pessoal	262.441.000,47
Amortizações do Exercício	–
Outros Custos de Exploração	–
Total dos Custos de Exploração	915.023.381,10
Resultados de Exploração	0,00
Proveitos e Ganhos Financeiros	
Custos e Perdas Financeiras	
Juros Suportados	
Outros	
Resultados Antes de Impostos	0,00
Impostos s/ Rendimento Exercício	
Resultado Líquido	0,00



09.01
COMPARAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DE 2008 COM A DE 2007

As “Receitas Orçamentais Correntes” tiveram um crescimento de 11%. As “Despesas com o Pessoal”, tiveram um crescimento na ordem dos 53%, que já foi explicado no ponto 7.5 - Comparação do Orçamento Executado em 2008 com o de 2007 (página 51).

Quadro 24

COMPARAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2008 COM A DE 2007

Rúbricas	2007	%	2008	%	Var. 08/07
Receitas Orçamentais Correntes	825.238.535,00	100 %	915.023.381,10	100 %	11 %
Vendas e Prestações e Serviços					
Total dos Proveitos de Exploração	825.238.535,00	100 %	915.023.381,10	100 %	11 %
Despesas Orçamentais Correntes					
Custo das Mercadorias Vendidas					
Fornecimentos e Serviços Externos	653.455.777,00	79 %	652.582.380,63	71 %	0,1 %
Custos com o Pessoal	171.782.758,00	21 %	262.441.000,47	29 %	53 %
Amortizações do Exercício	–		–		
Outros Custos de Exploração	–		–	0 %	0 %
Total dos Custos de Exploração	825.238.535,00		915.023.381,10	100 %	11 %
Resultados de Exploração	0,0	0,0 %	0,00	0 %	0,0 %
Proveitos e Ganhos Financeiros	0,0	0,0 %	0,00	0 %	0,0 %
Custos e Perdas Financeiras	0,0	0,0 %	0,00	0 %	0,0 %
Juros Suportados	0,0	0,0 %	0,00	0 %	0,0 %
Outros	0,0	0,0 %	0,00	0 %	0,0 %
Resultados Antes de Impostos	0,0	0,0 %	0,00	0 %	0,0 %
Impostos s/ Rendimento Exercício	0,0	0,0 %	0,00	0 %	0,0 %
Resultado Líquido	0,0	0,0 %	0,00	0 %	0,0 %



10 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Gestão Financeira da Comissão do Mercado de Capitais rege-se exclusivamente pelo regime jurídico aplicável às entidades que revistam natureza e forma jurídica das Sociedades Anónimas de Capitais Públicos, sendo o seu Orçamento elaborado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PGC), conforme estabelece o artigo 2º do Decreto nº 82/2001 de 16/11.

Integram o património da CMC, todos os bens afectos ao seu serviço por despacho do Ministro das Finanças e demais valores a que tenha direito, ou que venha a adquirir.

10.01 MOEDA DE RELATO

As Demonstrações Financeiras (DF) foram elaboradas em Kwanzas (Kz), em consonância com o ponto 1.4 – Moeda de relato e respectiva grandeza do PGC.

10.02 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

No que concerne às Políticas Contabilísticas adoptadas não houve alterações relativamente a exercícios anteriores.

De relevante temos:

10.02.01 RECONHECIMENTO DOS PROVEITOS E GANHOS E CUSTOS E PERDAS

Os Proveitos e Ganhos e os Custos e Perdas foram registados no exercício independentemente de terem sido recebidos ou pagos, respeitando-se assim o princípio geralmente aceite em Contabilidade da “Especialização ou do Acréscimo”.

10.02.02 TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em Moeda Estrangeira foram valorizadas na moeda do relato, ou seja, em kwanzas.

10.02.03 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O Imobilizado Corpóreo, encontra-se registado pelo custo de aquisição e pelo justo valor. As Amortizações, foram calculadas pelo método das quotas constantes, aplicando-se as taxas regulamentadas pela Portaria nº 755/72.



1.7990

1.7945

1.7900



11

EVOLUÇÃO
PREVISÍVEL
DA CMC



11

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA CMC

Os marcos primordiais registados no âmbito da implementação do mercado de capitais em Angola, foram a aprovação da Lei 12/05, de 23 de Setembro - dos Valores Mobiliário, da Lei 13/05, de 30 de Setembro – das Instituições Financeiras e a criação, através do Decreto n.º 9/05, de 18 de Março, da Comissão do Mercado de Capitais, como entidade independente e responsável pela regulação, supervisão, fiscalização e promoção do mercado capitais.

Tendo em consideração a Execução de Medidas de Política, referenciadas no ponto 5 do presente relatório, a CMC prevê a conclusão dos objectivos traçados para o biénio 2007/2008:

- Reforço da capacidade institucional do Governo no domínio do mercado de capitais;
- Criação de um quadro regulamentar para exequibilidade das Leis;
- Incrementação da actividade de intermediação e negociação;
- Aumento do número de empresas abertas.

No quadro da política de desenvolvimento do sector financeiro, o Governo estabeleceu, no que concerne ao Mercado de Capitais, a regulação dos mercados financeiros, bem como, a promoção e captação da poupança e orientá-las para as prioridades de desenvolvimento do País.

Neste contexto, o Plano Nacional para 2009, incumbe à CMC as seguintes Acções e Medidas de Política:

- Implementar a bolsa de valores mobiliários e criar a central de compensação, liquidação e custódia de valores mobiliários;
- Promover a criação de instituições financeiras não bancárias de apoio ao mercado de capitais.









www.cmc.gv.ao